

O INTEGRACIONISMO SUL-AMERICANO: considerações críticas à luz da teoria da dependência

Por Antonia Valtéria Melo Alvarenga* e João Batista Vale Júnior*

Resumo: o presente artigo procura estabelecer uma articulação entre pressupostos da Teoria da Dependência e o debate acerca da proposta e esforços de integração entre os Estados da América do Sul. Considerou-se, para efeito de discussão, a relevância da mencionada teoria para a compreensão acerca das possibilidades e limites sócio-históricos e políticos - imanentes à região - para a constituição de um bloco regional capaz de equacionar suas tensões e problemas internos para, com isso, apresentar-se como candidato confiável e ativo à participação na ordem sócio-econômica globalizada.

Palavras-chave: Integralismo. América do Sul. Dependência.

Abstract: this article seeks to establish a link between assumptions of Dependency Theory and the debate about the proposal and integration efforts between the states of South America. It was considered, for purposes of discussion, the relevance of that theory to the understanding of the possibilities boundaries and socio-historical and political - immanent to the region - for the establishment of a regional bloc capable of solving their internal tensions and problems with this, present itself as confident and flashy candidate for participation in the global socio-economic order.

Keywords: Integralism. South America. Dependency.

1 Introdução

O século XX foi um período de turbulências econômicas e institucionais para a América do Sul. Somaram-se às históricas contradições sociais internas, o fracasso de modelos de desenvolvimento econômicos e de utopias políticas, bem como o aprofundamento de uma espécie de estigma que, enraizado tanto nas relações assimétricas com os grandes centros capitalistas como em um mau gerenciamento das potencialidades regionais, tem contribuído insistentemente para o subaproveitamento, quando não, mesmo para o desperdício de recursos naturais e humanos indispensáveis ao desenvolvimento material e a uma maior integração cultural e política da região.

No geral, um balanço sobre mais de dois séculos de história revela um saldo histórico negativo, cujo lastro visível tem sido a incapacidade de se agregar valor expressivo à região, a ponto de torná-la realmente capaz de firmar uma presença expressiva no cenário internacional. Objetivamente, o fracasso na eliminação de formas primárias de desigualdade social, na adoção de modelos estáveis e contínuos de geração de riqueza, emprego e renda com crescimento produtivo, assim como de remoção do entulho político do caudilhismo populista, associados a erráticas

formas de se explicar as causas do subdesenvolvimento, tem condenado a América do Sul a uma experiência na qual dependência econômica, instabilidade política e sofrimento social articulam-se.

O objetivo deste artigo é percorrer, de maneira sucinta, esse terreno adotando uma perspectiva de abordagem teórica inspirada na Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (2004). Discute-se a contemporaneidade dos pressupostos contidos no pensamento destes dois conceituados cientistas sociais, demonstrando a sua utilidade para uma discussão acadêmica sobre o lugar e as possibilidades da perspectiva integracionista na promoção de modelos de desenvolvimento econômico compatíveis com as necessidades e potencialidades sul-americanas.

Ao mesmo tempo, procura-se repensar certas perspectivas de aplicação da citada teoria, de maneira a rever erros e lapsos de julgamento sobre o que vem a ser de fato a condição de economia dependente em um contexto internacional cada vez mais influenciado pelo processo de globalização. Foi concedida ênfase especial à discussão em torno da necessidade tanto de uma problematização mais cuidadosa acerca dos limites históricos resultantes da própria realidade

interna da região como do destaque à necessidade de um novo pacto entre os Estados sul-americanos, livre de preconceitos, desconfianças e arrivismos políticos.

2 Teoria da dependência: contribuição para a compreensão das singularidades sócio-históricas da América do Sul

Dois séculos de reflexões acadêmicas têm procurado entender e explicar o que torna a América do Sul uma região com características históricas específicas, diferentes das demais áreas geograficamente coextensivas ao seu território. Ao mesmo tempo, busca-se também avaliar diferenças intraterritoriais e de que maneira as mesmas possibilitam explicar sensíveis variações quanto aos modos de composição histórica das instituições e relações políticas e de inserção na dinâmica da globalização capitalista.

Nos marcos desses estudos, merece destaque a abordagem realizada por Cardoso e Faletto (2004). A despeito de propor um problema geral para o debate em torno da questão das condições de desenvolvimento do capitalismo na América do Sul, os autores não se furtam a considerar, nas entrelinhas de sua análise, o subcontinente uma unidade conceitual sem correspondente histórico. Assim, para ambos,

Há que se distinguir a situação dos países “subdesenvolvidos” com respeito aos “sem desenvolvimento”, e em seguida diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento segundo as relações particulares que esses países mantêm com os centros econômica e politicamente hegemônicos (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 506).

A condição de subdesenvolvimento, em diferentes nuances, representa a característica principal dos Estados sul-americanos. Tendo sido palco de um processo de formação histórica emoldurado pela lógica da colonização mercantilista, as diferenças regionais demonstram uma coexistência entre sociedades modernas e sociedades tradicionais, cujas variações ocorrem em função do maior ou menor grau, bem como do modo, de inserção no contexto da globalização econômica. Em comum aos dois tipos de realidades: a dependência em relação aos centros hegemônicos do capitalismo. Como característica distintiva, por sua vez, observa-se as possibilidades de desenvolvimento nos termos prescritos pela situação específica de dependência que marca cada Estado em particular (CARDOSO; FALETTO, 2004).

A noção de certo dualismo estrutural, originalmente aplicada por Lambert (apud

BIELSCHOWSKY, 2000) para caracterizar as clivagens regionais que marcam um país de dimensões continentais, como é o caso do Brasil, bem se aplica ao contexto sócio-econômico geral da América do Sul. Torna-se possível, assim, apontar a existência de duas realidades distintas: uma marcada por certo potencial de desenvolvimento de relações econômicas capitalistas e instituições políticas liberais (as sociedades modernas), e outra ainda afetada pelo ranço de formas pré-capitalistas de organização, calcada em hierarquias sociais decorrentes de privilégios conseqüente do *status* ou da riqueza (as sociedades tradicionais).

Essa realidade, heterogênea em sua natureza, parece não ter sido negligenciada por Cardoso e Faletto (2004) ao elaborarem a sua interpretação sobre as possibilidades de desenvolvimento integrado da América do Sul. De natureza sociológica, tal abordagem procurou valorizar o continente não em termos apenas de sua situação de subdesenvolvimento, mas do potencial de desenvolvimento em situação de dependência. Os autores, porém, buscaram superar o conceito de dualismo estrutural, submetendo-o a uma crítica.

A crítica decorreu do fato de eles não considerarem as noções de tradicional e moderno amplas o suficiente para aplicar-se a todas as realidades sociais que caracterizam a América do Sul, além de não permitir perceber quais fatores estruturais e condições particulares estruturais contribuíram para definir o modo de ser e as condições de funcionamento de cada sociedade. O importante, para efeito de análise, seria evidenciar as conexões minimamente lógicas entre as estruturas sociais que pressupõem o tradicional e o moderno e as diferentes etapas do processo de desenvolvimento econômico de cada país.

Dentro dessa perspectiva, e negando a ideia de que a dinâmica das sociedades subdesenvolvidas eram inteiramente determinadas e derivadas de fatores externos - e que, portanto, tanto os elementos estruturais como as ações de grupos sociais dos países subdesenvolvidos não eram mais que desvios em relação aos países centrais - Cardoso e Faletto (2004) procuraram formular uma análise focada no tipo de integração social das classes e grupos sociais, considerando este um dos fatores centrais condicionantes do processo de desenvolvimento. Fatores histórico-estruturais, portanto, condicionados por uma mistura de condicionamentos internos são mobilizados para a

compreensão dos processos de modernização, superando assim a obsessão exclusivista com o peso exercido pelo impacto das variáveis exógenas e sobre as estruturas social e econômica das diversas regiões sul-americanas.

O desenvolvimento econômico por região, nesses termos, passa então a figurar como dimensão de um processo social complexo e integrado. Sua análise somente pode ocorrer numa perspectiva global, na qual se somam aos fatores estruturais herdados da experiência colonial os fatores sociais característicos da experiência histórica recente; ambos interpretados em suas relações de determinação recíproca. Dessa variedade de formas históricas de evolução, resultaria também outra variedade de integração de economias nacionais ao mercado internacional:

O tipo de vinculação das economias nacionais periféricas às distintas fases do processo capitalista [...] implica que a integração à nova fase se realiza através de uma estrutura econômica que, apesar de modificada, procede da situação anterior. Serão distintos o modo e as possibilidades de desenvolvimento de uma nação que se vincula ao setor exportador internacional com um produto de alto consumo [...]. Da mesma forma serão distintas as possibilidades de integração nacional e de formação de um mercado interno naqueles países cuja economia nacional se organizou mais como "colônias de população" (CARDOSO; FALLETO, 2004, p. 49).

O desenvolvimento seria resultado de um processo histórico no qual a forma de interação dos grupos e classes, bem como de cada área, interfere no sistema socioeconômico. Na medida em que, internamente, os diferentes grupos e classes conseguem negociar interesses, a estrutura política e social passa por ajustamentos que influenciam em seu maior ou menor grau de interação com o mercado externo. O sistema econômico nacional mantém, assim, uma relação simbiótica com as formas através das quais se verifica oposição, conciliação ou superação dos interesses de distintas classes. Possibilidades de integração espontânea a blocos políticos e/ou econômicos transnacionais seriam diretamente condicionadas por essa complexa dinâmica da disputa interna pelo poder, na qual o papel quantitativo e qualitativo da classe média figura como um elemento de grande importância. Cardoso e Falleto (2004) apresentam, inclusive, uma tipologia dessa presença e grau de influência econômica variável da classe média em alguns países da América do Sul. Dependendo da forma e de integração dos setores médios da população à dinâmica da economia, dividem os países da

América Latina em sociedades com produção controlada nacionalmente e economias de enclave.

As economias de enclave se caracterizam pela quase total dependência em relação ao capital e à tecnologia externos, atraídos pela concessão de largas vantagens competitivas - especialmente incentivos fiscais - em que se observa incontrolável sangria de lucros para as economias matrículas, exportadoras do capital. Já nas sociedades com produção controlada nacionalmente observa-se a existência de uma burguesia nacional consolidada que, na maioria das vezes em associação com setor estatal, exerce relativo controle sobre o setor produtivo exportador (BIELSCHOWSKY, 2000)

Fica evidente, na tipologia apresentada, que no segundo tipo - sociedades com produção controlada nacionalmente - a possibilidade de inserção em um contexto econômico internacional (continental ou transcontinental) com preservação da autonomia econômica, ou mesmo da capacidade de influenciar nas decisões e acordos, revela-se mais promissora. Nesse caso, assim se apresenta a classificação de alguns países e regiões da América Latina.

a) sociedades com produção controlada nacionalmente:

- Argentina: caracterizada pela incorporação dos setores médios ao setor de exportação pela via burocrática. Observa-se o desenvolvimento de indústrias e serviços orientados para o mercado interno, além da subordinação das atividades econômicas preexistentes ao setor agro-exportador;

- Brasil: caracterizado pela incorporação dos setores médios com gradual crise da dominação oligárquico-burguesa, especialmente a partir da década de 1930, quando se aplicou tanto o projeto nacional-estatista como o nacional-desenvolvimentista de substituição de importações e ampliação do mercado consumidor interno;

- Uruguai: a principal característica deste país seria a incorporação da classe média a uma aliança de poder da qual participam os pecuaristas, controladores do setor produtivo, e os comerciantes, mais diretamente vinculados à exportação. Tal aliança permitiu o desenvolvimento de uma política econômica estatal de tipo conservadora;

b) sociedade com economia de enclave:

- Paraguai: caracterizado pela incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico, devido ao grande impacto exercido pelos interesses associados ao externo, diluidor de

qualquer possibilidade de promoção de uma política de substituição de importações; representa, nesse quadro, o modelo mais frágil de organização econômica. A abordagem fundada na Teoria da Dependência rompeu, assim, com vícios ou determinismos fundados sobre as noções de dependência ou subdesenvolvimento. A finalidade, ao invés disso, era a de buscar compreender processos de evolução sócio-econômicos de uma maneira em que a política e as relações de classe se apresentassem na condição de parte constituinte da dimensão econômica.

Do ponto de vista da tipificação da realidade sul-americana, a classificação acima permite, por outro lado, perceber que sob o manto do subdesenvolvimento revela-se uma multiplicidade de experiências específicas, subordinadas à maneira como se deu a experiência histórica colonial da região em particular. Revela-se, assim, um mosaico de tendências no processo de formação e incorporação de setores médios às instâncias decisórias dos setores de produção e circulação de bens. A forma como ocorreu a incorporação de tais setores representa um importante termômetro tanto da capacidade de desenvolvimento de um mercado interno suficientemente apto à retroalimentação com acumulação e reprodução ampliada do capital como também à integração no circuito internacional de comércio (DONGHI, 2010).

O desdobramento previsível e inevitável dessa abordagem é a valorização das possibilidades de um desenvolvimento integrado ou em relação direta com outros mercados, sincrônicos ou não, no que diz respeito tanto à relevância externa como ao nível da relação direta entre as condições de desenvolvimento e os tais fatores políticos e sociais supracitados. Inevitavelmente, diferenciados de país para país, principalmente quando se trata de realidades marcadas pelo subdesenvolvimento. Para os dois estudiosos, a dependência aparece como um componente inevitável do capitalismo, ainda que se evidencie com maior impacto nos países periféricos do sistema, devido às próprias vicissitudes e incertezas que marcam a dinâmica de sua economia. A existência de uma contraditória estrutura social interna, além de uma associação entre os fatores internos e externos, representa fonte causadora de problemas de adequação às relações de troca em condições de igualdade com Estados economicamente mais fortes, na medida em que são portadores de uma economia mais

diversificada, com tecnologia mais desenvolvida e industrialização consolidada (LANDES, 2002).

Já nos países subdesenvolvidos, o conflito ocorre entre as classes e frações de classe que integram o tecido social; representa um elemento fundamental para a conformação do ambiente de investimento na produção para consumo interno e exportação. Nesse sentido, na maioria das vezes, nesses países, a forma como são discutidas e solucionadas as questões políticas definem de maneira direta o rumo que se dará à expansão ou diminuição da distância da periferia em relação ao centro. É como se, em tal abordagem, a um modo de produção capitalista universal correspondesse uma multiplicidade de modos de produção locais, essenciais à preservação de sua lógica da acumulação. Cardoso e Falleto (2004), então, teriam proposto um método de estudo dos modos de produção dentro de cada economia, cuja conceituação é de tipo endógeno, na medida em que evidencia as condições em que ocorrem as variadas formas de desenvolvimento econômico nos países que mantêm relações de subordinação aos centros hegemônicos do sistema capitalista. O raciocínio adotado, nesse caso, preserva uma lógica dialética uma vez que considera que no mercado internacional toda relação entre Estados, mesmo as diacrônicas, são relações de caráter bilateral.

O fato de os autores priorizarem o enfoque de suas análises nos conflitos e negociações entre os diferentes grupos sociais que muitas vezes se antagonizam dentro do plano, além de afirmarem que são justamente tais relações que interferem no desenvolvimento dos países latino-americanos, não significa dizer que não considerem as influências exercidas tanto pela economia como também pelos processos internacionais. O pensamento dependentista, nesses termos, incorporou-se à boa parte do patrimônio teórico acadêmico dos países de capitalismo tardio, especialmente na América Latina, possibilitando assim a emergência de novas perspectivas e abordagens econômicas e políticas da participação desses países na configuração do sistema econômico e político internacional, cuja dimensão analítica foi incorporada por um elevado número de teóricos de tais países, os quais muitas vezes reformularam e aperfeiçoaram seus preceitos, permitindo importantes avanços na problematização da realidade de seus respectivos países e na apresentação de diretrizes para o seu desenvolvimento.

3 O integracionismo sul-americano nos marcos da dependência

É correto reconhecer que as transformações resultantes do aprofundamento do processo de globalização reclamam um esforço teórico de releitura da teoria da dependência. Tal esforço não deve ocorrer, porém, com prejuízo do caráter histórico-dialético presente naquela perspectiva e fundamental para uma análise atual da problemática abordada. Em especial, cabe refletir sobre a funcionalidade da teoria da dependência, devidamente revista, para uma compreensão crítica acerca da viabilidade do Mercado Comum do Sul (Mercosul), não apenas enquanto bloco econômico, mas também como via de integração e fortalecimento de regimes políticos democráticos no Cone Sul, ampliando inclusive o alcance geográfico do projeto de integração.

O Mercosul por enquanto é o Cone Sul, mas acho que pode ser o pivô, ou pilotis, da organização de toda a América Latina. Acho que devemos fazer tudo para ter a Venezuela ao nosso lado, por exemplo [...]. Não podemos perder isso de vista porque, na minha cabeça, e isso eu digo desde que assumi o Ministério das Relações Exteriores, o Mercosul é o pólo com base no qual vamos organizar o espaço da América do Sul (CARDOSO, 1998, p. 127).

A noção de organização do espaço através do Mercosul, do ponto de vista estratégico, implica, necessariamente, promover diretrizes de relacionamento entre os Estados as quais possibilitem um equacionamento, ainda que parcial, das distâncias sócio-econômicas e culturais entre os países membros do bloco. Essa redução de distâncias não seria necessariamente uma extinção das desigualdades e diferenças culturais, mas o estabelecimento de uma situação de equidade ideal na qual certas concessões da parte dos Estados com economias mais forte do bloco contribuiria para uma diluição da situação de desequilíbrio em relação aos outros membros. O papel de sustentáculos e promotores da política de redução de desequilíbrios, nesse caso, caberia especialmente a Brasil e Argentina. Tal fato implica, todavia, a superação de arestas que, historicamente, têm impedido uma maior integração entre os dois países.

Sempre achei que o Brasil e a Argentina tinha que ter uma relação bem próxima [...] Ainda temos alguns problemas porque alguns setores da opinião pública e da imprensa argentina ainda mantêm desconfiança em relação ao Brasil. Criaram até um termo que é muito ruim, *Brasil-dependência* (CARDOSO, 1998, p. 119, grifo do autor).

A superação do sentimento de Brasil-dependência representa, no caso, um fator central para a fluidez das relações no Mercosul. A intensificação da troca não apenas de mercadorias, mas também de gente e informação entre os dois países apresenta-se como uma via imperativa para a superação de preconceitos que dificultam o diálogo. A solução para tal questão passa também pela própria redefinição do sentido aplicado à noção de dependência na supracitada expressão. “A Argentina está ganhando com o Mercosul. Ela exporta para o Brasil 30% a 40% de sua produção. Ganha dinheiro aqui. Qual é então a dependência?”. (CARDOSO, 1998, p. 124).

Outro aspecto a ser considerado como via de equacionamento das tensões entre os dois Estados-chave do Mercosul vem a ser o aprofundamento do intercâmbio cultural na medida em que, em pleno século XXI, ainda se observa um incipiente circuito de trocas culturais entre países fronteiriços. É bem verdade que se pode considerar que grande parte da responsabilidade por essa distância cultural, a despeito da proximidade geográfica, pode ser atribuída à esmagadora influência da cultura estadunidense sobre os dois países.

O efeito dessa influência sobre ambos é, no mínimo, marcado por certa estranheza. Nos dois países, do ponto de vista cultural, consome-se e discute-se praticamente as mesmas coisas, mas o que se discute em ambos os países não tem possibilitado aos argentinos conhecer melhor a cultura e a sociedade brasileira e vice-versa. Isso porque o que se discute em comum nos dois países revela muito mais acerca da literatura, arte, teatro e cinema estadunidense e europeu do que dos cenários culturais brasileiro e argentino (CARDOSO, 1998)

Em um processo de globalização que se faz sob a batuta de uma hegemonia estadunidense e europeia, chega-se, ainda no que se refere à questão cultural, ao extremo de se necessitar da chancela ou certificação de qualidade de produtos culturais de qualquer país latino-americano para que ele possa vir a receber a devida atenção em outro país latino-americano. Constatando-se esse fato, torna-se possível reconhecer a evidência de que, no que diz respeito a certas questões, a globalização tem contribuído para aprofundar as distâncias entre Brasil e Argentina.

A discussão acerca das possibilidades de aprofundar a integração entre os países do

Mercosul para também uma posterior integração latino-americana não pode prescindir, portanto, da remoção de um entulho ideológico e cultural que, sendo produto de uma atribulada história de rivalidades e desconfiança, não tem permitido romper a situação de dependência que condiciona a região. Nos marcos do desenvolvimento capitalista, a ausência de uma predisposição ao diálogo e a uma real cooperação entre países semelhantes, ao menos no que diz respeito à sua matriz histórica, tem-se revelado um central e negligenciado entrave ao reconhecimento e fortalecimento de interesses comuns a todos os países da região. O caminho para a mudança de quadro, inevitavelmente, implica na promoção da substituição de paradigmas políticos que, tradicionalmente, incorporam-se ao âmago da própria identidade latino-americana. Uma alteração primeira, por exemplo, reporta à questão do próprio conceito de nacionalidade na forma concebida pelas elites políticas de cada país. Para Cardoso (1998, p. 131), “Se houver uma patriotada, quer dizer, uma exploração daquele nacionalismo que não é sadio, vai atrapalhar. Os discursos da direita e da esquerda, quando se radicalizam, são quase sempre patriotadas.”

A observação de Cardoso (1988) permite pensar a realidade vivenciada pela América do Sul e pelo próprio Mercosul no atual momento, em especial no que se refere à cultura e ao comportamento das elites do subcontinente. Uma análise atenta permite afirmar a ocorrência de certo retorno a um ciclo populista em que, a um estado de euforia ideológica e bravatas políticas, segue-se uma série de medidas potencialmente fomentadoras de um sério risco de depressão econômica e catástrofes institucionais. Vem à tona, mais uma vez, o temor de que as democracias da região revelem uma fragilidade maior do que se supõe.

Em maior ou menor grau, por exemplo, o que se observa na maioria dos países que integram o Mercosul, bem como em outros países que não integram o bloco mas que mantêm relações de afinidade com um ou mais países do mesmo, como é o caso de Bolívia e Equador, são indícios desse novo ciclo maníaco-depressivo populista. É verdade que, ao menos pela primeira vez na história, todos os governos sul-americanos foram eleitos democraticamente, mas também não é menos verdade que, de diferentes modos, a maioria desses governos tem promovido esforços para solapar suas respectivas democracias, seja pelo

desrespeito a preceitos constitucionais, seja pela adoção de medidas econômicas temerárias ou pelo hipertrofiamento de políticas assistencialistas contraproducentes tanto do ponto de vista político como econômico (MONTANER, 2002).

Assim sendo, Venezuela, Argentina e Brasil representam, nesta ordem, exemplos desse lento, porém, cada vez mais, eficiente processo de dilapidação, seja da estabilidade política, seja da estabilidade econômica, seja de ambas. Esse é um aspecto que aproxima, em essência, as experiências do chavismo na Venezuela, do kirschinerismo na Argentina e do lulismo no Brasil. Cada um desses fenômenos, ao seu modo, traz em seu âmago o “DNA” do populismo e tem cada vez mais inflado essa dimensão no que concerne à gestão das questões econômicas, políticas e sociais .

O coronel Hugo Chavez, por exemplo, que tentou tomar o poder pela força na Venezuela em 1992, já governava o país há mais de uma década com forte apoio popular e, ao mesmo tempo, com escandaloso desprezo pelas regras que definem o jogo político da sucessão democrática. O mesmo apoio popular, por sua vez, é que tem permitido ao clã dos Kirschiner também governar a Argentina por período semelhante e, recentemente, arroubos chauvinistas - tanto em matéria de política externa como de economia interna. No Brasil, a fidelidade popular ao lulismo tem sido mantida à custa de uma centralização e inflacionamento de projetos assistencialistas, bem como do sacrifício fiscal da classe média. Soma-se ainda, em todos os casos, o crescente esgarçamento do tecido político pela corrupção epidêmica.

Concebida originalmente como produto da profunda desigualdade que emerge entre o contraste da capacidade produtiva e de consumo entre países periféricos e países centrais, a Teoria da Dependência necessita da inclusão de novas referências a fim de explicar as razões da persistência dos fatores de crise nos países periféricos. A questão a ser incluída na discussão tem a ver com as razões intrarregionais que explicam as causas do fracasso da América do Sul face ao sucesso de países como os Estados Unidos. Urge, nesse caso, remexer em aspectos relacionados à própria dinâmica interna da região, evitando-se as ideologizações, vitimizadoras e autocomplacentes, as quais apontam sempre o outro como o agente responsável pelo estigma do subdesenvolvimento.

Sem dúvida, alguma responsabilidade pode ser atribuída a um duro golpe que a América Latina sofreu no início da década de 1990. A adesão dos países da região às diretrizes propostas pelo Consenso de Washington contribuiu sobremaneira para o estímulo à diluição de um projeto de América Latina unida e mais independente. A opção, quando da adesão ao referido Consenso, foi principalmente pelo pragmatismo econômico guiado pela necessidade de achar resolutividade às questões econômicas mais urgentes, como a inflação, bem como a modernização tecnológica, a redução dos níveis de desemprego e da baixa liquidez resultantes dos excessivos gastos públicos.

Ao Consenso de Washington coube definir o desenho das medidas imediatamente necessárias à conversão dos Estados aderentes em economias dotadas dos requisitos mínimos necessários ao seu reconhecimento confiáveis no mercado externo, já que capazes de assegurar aos investidores a estabilidade macroeconômica. Naquele contexto, a palavra de ordem aos Estados periféricos era o estabelecimento das condições necessárias à sua inserção no processo de globalização ditado pela mundialização do capital. Tais iniciativas, em sua lógica, atendiam a preceitos definidos segundo pressupostos contidos na Teoria da Dependência, a qual assumiu uma perspectiva relacional, vinculativa, ao considerar o binômio mercado interno-mercado externo. Nesse viés, o fortalecimento do regionalismo ainda não seria possível a não ser em uma etapa posterior em que a constituição de blocos econômicos passou a representar importante ferramenta de expansão das potencialidades dos países-membros. Essa expansão das potencialidades de Estados associados em bloco, por seu turno, possibilitaria a inserção competitiva na economia mundial globalizada (CARDOSO, 2010).

No caso latino-americano, entidades como a Comunidade Andina de Nações, a União das Nações do Sul e a Aliança bolivariana para os povos da nossa América representam exemplos históricos que se somam à experiência do Mercosul. Conscientes ou inconscientes, pautaram-se tanto nos princípios dependentistas herdados do pensamento econômico que marcou o mundo subdesenvolvido durante os anos 1970 como na necessidade de prevenir-se da forte concorrência e das exigências cada vez mais ampliadas da globalização. Entretanto, as

mencionadas organizações encontram-se em estágio embrionário e ressentem-se de políticas institucionais mais eficientes e concretas. Na verdade, manifestam explicitamente pretensões de promover uma integração regional que possa servir de alicerce para o rompimento da condição periférica no circuito internacional de comércio. O fato, porém, é que simples declarações de intenções não são suficientes para se redefinir a ordem das coisas. Objetivamente, essa redefinição depende em muito da maneira como flui e refluem os investimentos em função de atrativos e prioridades do capital (FUKUYAMA, 2010).

4 Mercosul e integracionismo

O contexto histórico de criação do Mercosul - março de 1991 - era de um otimismo político marcado pela derrocada dos regimes militares e pela redemocratização de Brasil e Argentina. Os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração de Iguazu, na qual foi enfatizada a necessidade tanto de consolidação da democracia como da conjugação de esforços para a defesa de interesses comuns no âmbito internacional (LEME, 2006).

Em 1988, na esteira do incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina, promoveu-se a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. No documento, estabeleceu-se um prazo de 10 anos para que os dois países promovessem a formação de um espaço econômico comum, eliminando barreiras tarifárias e elaborando políticas conjuntas (LEME, 2006).

Já nos anos 1990, no contexto da adesão às diretrizes econômicas do Consenso de Washington, oficializou-se o Mercosul. Verificava-se, na ocasião, a aceleração da estratégia de reformas econômicas neoliberais com base na liberalização comercial. Ao esforço de integração, uniram-se o Paraguai e o Uruguai, formulando-se, a partir de então, o projeto de criação do Mercosul. A assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, consolidou o processo ao estabelecer, como uma das principais metas, a ampliação das dimensões dos mercados nacionais dos países-membros do tratado, destacando-se a integração como premissa fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social da região (FUKUYAMA, 2010).

A influência de preceitos do Consenso de

Washington foi inevitável devido ao momento histórico. Porém, a postura integracionista do bloco reporta de alguma forma a pressupostos da Teoria da Dependência. Dificuldades de ordem operacional para o avanço do Mercosul podem estar relacionadas a dois aspectos estruturais da realidade sul-americana: por um lado, os já mencionados ciclos de instabilidade econômica e política que, de uma maneira crônica, afetam a região como um todo ou alguns países com diferentes formatos e que, na maioria das vezes, são combatidos com intervenções paliativas, insuficientes e, num extremo, equivocadas; por outro lado, as iniciativas de implementação de projetos de integração econômica, que são alvo de idealizações desde os movimentos de independência, com frequência esbarram em tradições políticas de tipo exclusivista e intervencionista, as quais, em geral, banalizam medidas casuísticas (FUKUYAMA, 2010).

São esses dilemas característicos dos países sul-americanos que, a rigor, interferem na efetivação da experiência de integração proposta pelo Mercosul. Observa-se, na atual conjuntura, por exemplo, um sensível enfraquecimento da proposta de liberalização comercial recíproca em favor de uma ênfase em aspectos puramente políticos de uma integração de caráter casuístico. Faz-se referência, no caso, aos três recentes episódios que, no seu conjunto, contribuíram sobremaneira para comprometer o lastro de legalidade e a própria credibilidade do bloco:

a) a suspensão açodada do Paraguai, em decorrência da remoção do presidente Fernando Lugo, menos com a intenção de debater a legalidade do ato promovido pelo Congresso Paraguai e muito mais para favorecer o ingresso da Venezuela no bloco, removendo-se convenientemente o único voto contrário;

b) a complacência dos países-membros do bloco com o claro desrespeito do regime chavista à Constituição venezuelana no atual episódio da sucessão presidencial. Não só o bloco não agiu com o mesmo rigor como, no caso do Paraguai, mesmo observando-se que no caso venezuelano o desrespeito à legalidade é ainda mais acintoso, como as lideranças políticas dos dois principais países-membros - Brasil e Argentina - tem manifestado solidariedade com a manobra chavista, atendendo a imperativos ideológicos.

Quaisquer que sejam os pesos relativos desses dois conjuntos de fatores e seus efeitos concretos

sobre as intenções proclamadas e as ações efetivas dos países-membros do Mercosul, o fato é que o impacto varia bastante de país para país. Pode-se reconhecer, entretanto, que o prejuízo maior ocorre para o projeto de constituição de um bloco integrado e forte. Compromete-se, com isso, as possibilidades de boa aceitação do mesmo no mercado global dada a crise de confiança resultante de posições assumidas com base em convicções puramente ideológicas e afinidades políticas. Na prática, observa-se um perigoso distanciamento do projeto original de se caminhar para instituições orgânicas mais consentâneas com o formato de um mercado comum, em favor de instâncias seletivas de cooperação política setorial, associada a posicionamentos ideologicamente com antigas práticas oligárquico-populistas. Tais práticas é o que vem moldando atualmente o perfil do Mercosul, com gradual envolvimento de seus membros em áreas não delineadas no mandato econômico-comercial original. Essas circunstâncias revelam uma persistência no quadro político sul-americano.

5 Conclusão

Pelo que foi apresentado até o momento, no presente artigo, conclui-se que o debate e iniciativas para criação de uma comunidade de Estados e de um mercado comum na América Latina não pode prescindir de considerações a respeito dos condicionamentos resultantes da situação de dependência do Cone Sul em relação à dinâmica da sociedade globalizada. Assim sendo, nenhum programa de liberação comercial intrazona e implantação de uma tarifa externa sem que se leve em consideração tanto as assincronias econômicas, políticas e culturais existentes entre os países da região, como também o histórico de instabilidades políticas e econômicas que tem sido uma marca permanente ao longo de todo o século XX e início do século XXI.

Em observância às assimetrias dos Estados-membros, buscou-se destacar a importância que, para qualquer tentativa de explicação teórica para as mesmas, assume os pressupostos presentes na teoria da dependência, segundo a fórmula elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (2004) um regionalismo aberto para as relações entre os Estados que integram o subcontinente se, por um lado, muitas vezes é apresentado como a solução para o subdesenvolvimento e a dependência, por outro, inevitavelmente, deve ocorrer sob o peso dos

limites impostos por esse subdesenvolvimento e dependência precedente.

Ocorre, todavia, que somente nos marcos da Teoria da Dependência é que se pode também vislumbrar, realisticamente e sem voluntarismos, as possibilidades de desenvolvimento para a região. Essa possibilidade, porém - e justamente nesse ponto reside a dimensão realística do raciocínio derivado da aplicação da mencionada teoria -, em nenhum momento implicará a superação da assincronia ente os próprios Estados sul-americanos e, dificilmente, os alçará à condição de economias reconhecidas como paritárias às economias que integram os centros hegemônicos do capitalismo. A integração, assim sendo, de imediato deve vislumbrar no máximo uma redefinição de diretrizes no desenho das relações intraregionais de forma a pelo menos favorecer um conjunto de medidas e meios os quais possam favorecer a satisfação de necessidades e aspirações das sociedades da região ●

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2 v.
- CARDOSO, F. H. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARDOSO, F. H. *Xadrez internacional e social-democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DONGHI, Tulio Halperin. Dois séculos de reflexões sul-americanas sobre a lacuna de desenvolvimento entre os Estados Unidos e a América Latina. In: FUKUYAMA, F. (Ed.). *Ficando para trás*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. p. 25-64.

FUKUYAMA, F. (Ed.). *Ficando para trás*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

LANDES, David. Quase toda a diferença está na cultura. In: HARRISSON, L.; HUNTINGTON, S. (Org.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 39-52.

LEME, A. A. S. P. *A declaração de Iguazu (1985): a nova cooperação argentino-brasileira*. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MONTANER, C. A. Cultura e comportamento das elites na América Latina. In: HARRISSON, L.; HUNTINGTON, S. (Org.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 56-63.

*** Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutoranda em Direito pela Universidade Nacional Lomas de Zamora (Buenos Aires, AR) e professora da Universidade Estadual do Piauí/Uespi e da Universidade Estadual do Maranhão/Uema.**

**** Doutor em História Social (UFF), professor/Uespi e do Instituto Dom Barreto (IDB).**